

AGENDA SOCIAL

Insumos para a "Agenda de Desenvolvimento Humano e
Sustentável para o Brasil do Século XXI"

Caio Márcio da Silveira

outubro 1999

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
PROBLEMA 1 - DESIGUALDADES NO ACESSO A CONDIÇÕES ELEMENTARES DE VIDA	4
DESAFIOS E MEDIDAS	5
RESUMO	6
PROBLEMA 2 - DESIGUALDADES NO ACESSO AOS MEIOS DE APRENDIZAGEM E AO CONHECIMENTO BÁSICO	7
DESAFIOS E MEDIDAS	8
RESUMO	11
PROBLEMA 3 DESIGUALDADES NO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO	12
DESAFIOS E MEDIDAS	13
RESUMO	15
PROBLEMA 4 - DESIGUALDADES ASSOCIADAS A DISCRIMINAÇÕES SOCIOCULTURAIS	17
DESAFIOS E MEDIDAS	17
RESUMO	18
PROBLEMA 5 - DESIGUALDADES ASSOCIADAS À FRAGMENTAÇÃO E COMPRESSÃO DA ESFERA PÚBLICA	19
DESAFIOS E MEDIDAS	19
RESUMO	21
RESUMO GERAL	22

Apresentação

Este documento é um insumo para a construção de uma agenda social para o Brasil. Seu conteúdo consiste na formulação de cinco problemas em torno dos quais são destacados nove desafios e sugeridas 28 medidas.

Os cinco problemas aqui formulados podem ser considerados como cinco faces do problema das desigualdades geradoras de exclusão social:

- Desigualdades no acesso a condições elementares de vida.
- Desigualdades no acesso aos meios de aprendizagem e ao conhecimento básico.
- Desigualdades no acesso ao mundo do trabalho.
- Desigualdades associadas a discriminações socioculturais.
- Desigualdades associadas à fragmentação e compressão da esfera pública.

A lógica que ordena o sequenciamento dos problemas – de um a cinco - não é uma lógica de relevância ou hierarquização. Se assim fosse, deveríamos acentuar a centralidade do problema 2 (acesso aos meios de aprendizagem e ao conhecimento básico), tanto por sua força estrutural quanto pela urgência de seu enfrentamento. Neste campo, há necessidade de mudança profunda de situação em curto prazo, sem o que tudo mais que aqui se aponta perde seu vigor. Por sua vez, o problema 5 (fragmentação e compressão da esfera pública), aqui incluído por sua relevância geral, é um “problema-meio” ou um “problema condicionante”, que extrapola a agenda social mas que incide especialmente sobre ela.

A relação entre desafios e problemas – bem como entre medidas e desafios - é uma relação de relevância e não de suficiência. Não há intenção de abranger o conjunto de desafios associados a cada problema ou o conjunto de medidas associadas a cada desafio, mas explicitar o que é considerado de especial importância no tratamento do problema e na obtenção dos resultados esperados.

As medidas são entendidas como ações deliberadas e sistemáticas com considerável grau de institucionalização (vale acentuar, não se restringem a “medidas de governo”). Algumas medidas aqui propostas, a rigor, mais se assemelham a blocos de medidas, já combinadas como fator de eficácia.

Há um número maior de medidas nas áreas de educação e trabalho (15 medidas), em parte por familiaridade temática, mas também por uma questão de ênfase (sobretudo na educação). Das 28 medidas, 21 referem-se diretamente à elevação do capital humano, percebida portanto como prioridade geral.

PROBLEMA 1

Desigualdades no acesso a condições elementares de vida

01. Utilizamos aqui a expressão “condições elementares de vida” no sentido mínimo referente à sustentabilidade biológica, às condições de sobrevivência, à saúde. Trata-se de um problema central em si mesmo – no campo dos direitos – ainda que reflita um conjunto de fatores que exigem um olhar mais amplo do que a saúde tomada como setor, e certamente muito mais amplo do que o enfoque “medicalizador” do problema.

02. Tomando o indicador social mais básico, a mortalidade infantil, a redução anual de 6,5% observada entre 1991 e 1996 (de 49/1000 para 37/1000) está longe de eliminar a dramaticidade da situação brasileira, especialmente na região Nordeste. Quanto à esperança de vida ao nascer, no Brasil como um todo houve uma elevação próxima a 20% em 16 anos, abaixo porém de todos os demais países da América do Sul e ainda apresentando disparidades regionais significativas (Sul: 70 anos, Nordeste: 63 anos).

03. São diversos os fatores que se encadeiam e atuam sobre a morbi-mortalidade: da educação à renda, das condições de trabalho às condições de moradia, da salubridade ambiental à nutrição. É possível, contudo, circunscrever alguns fatores de incidência mais direta, em particular pela predominância que se impõe na focalização materno-infantil. Como pontos críticos, pode-se destacar a exposição de parte da população a carências nutricionais (ferro, vitamina A) e à insalubridade ambiental - associada a condições de habitabilidade precárias e nocivas.

04. Ainda hoje é necessário acentuar a interdependência entre saúde e meio ambiente, ou seja, formular a “problemática saúde-ambiente” no sentido de superar as fronteiras setoriais da ação institucional e governamental, em particular. O acesso a condições mínimas de saneamento ambiental é um fator de desigualdade que incide diretamente na morbi-mortalidade, sobretudo infantil. No Brasil, aproximadamente 1/4 dos domicílios não dispõe de água tratada e 1/3 carece de esgoto coletado ou fossa séptica. Enfrentar a questão da saúde passa em boa parte por alterar profundamente estes indicadores.

05. Mais amplamente, o tratamento do problema do acesso a condições elementares de vida supõe uma combinação de ações de *proteção* (suplementação alimentar, transferências em espécie e monetárias para assegurar patamares mínimos de sobrevivência) e também de *promoção*, o que vai desde a valorização dos ambientes habitados até ações relacionadas à aquisição de conhecimentos essenciais – educação sanitária e informações sobre procedimentos básicos de higiene, saúde e nutrição. Neste sentido, associada à questão da saúde, é claramente presente a questão da aprendizagem e da elevação de capital humano. Da qual a saúde – em si – já é elemento.

Desafios e medidas

06. Sobreviver para viver. Para que o elementar seja possível, impõe-se universalizar o direito a condições básicas para a continuidade da vida, o que envolve diretamente as conexões entre a saúde, a nutrição e a habitabilidade. Entre os diversos desafios relacionados a este problema, destacamos a necessidade de *redução da morbi-mortalidade infantil e materna a níveis mínimos*. Como principal meta associada, a taxa de mortalidade infantil poderá ser reduzida à metade no curto prazo (ano 2006) e atingir um patamar próximo a 8% em 2014, o que supõe uma taxa de redução anual próxima a 10%. Como campos de medidas ligadas ao desafio colocado, ênfase especial devem ter a salubridade ambiental, a nutrição e a cotidianização de ações básicas de saúde.

07. Cabe promover esforço de curto prazo de combate à desnutrição materno-infantil. Para tanto são necessárias ações nutricionais com um caráter primário de proteção, mas também alavancadoras nos seus efeitos e ao se associar com outras ações básicas. Ou seja: ações relevantes sobre as carências nutricionais e doenças associadas - como o incentivo ao aleitamento materno, o combate à anemia ferropriva e à hipovitaminose A - integradas a ações básicas de saúde com caráter permanente (incluindo imunização, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento etc).

08. A prevenção e promoção da saúde se expressa sobretudo na sua cotidianização, o que só pode ser obtido na capilaridade de cada comunidade. Portanto, supõe-se como medida central privilegiar e ampliar a ação de agentes comunitários locais. Isto pode se traduzir na duplicação de agentes comunitários de saúde no curto prazo (antes de 2006) porém, mais do que isto, significa incorporar saberes e práticas locais, articulando-as com ações de aprendizagem e informações básicas sobre higiene, saúde e educação sanitária. Processos dessa natureza geram efeitos multiplicadores espontâneos e sustentabilidade no tempo.

09. Como um terceiro campo associado a este desafio, a questão do saneamento é decisiva. A necessidade de um grande e prolongado investimento em saneamento básico decorre antes de tudo de sua relação com a saúde, como elemento fundamental da habitabilidade humana, a ser garantido onde existem domicílios e pessoas. Trata-se assim de assegurar condições básicas de saneamento nas áreas desprovidas das cidades grandes, médias, pequenas e também na zona rural. Inclui-se sobretudo o atendimento às populações de baixa renda no tocante a abastecimento e tratamento de água, coleta e tratamento de esgoto, controle de vetores e coleta e tratamento de lixo. Em particular, a questão da água assume destaque, devendo-se buscar no curto prazo uma cobertura quase plena quanto ao acesso à água limpa, envolvendo abastecimento, tratamento e vigilância da qualidade.

10. Vale, por fim, lembrar que o saneamento deve ocupar lugar absolutamente relevante na agenda sócio-ambiental brasileira e certamente

transcende - nos seus impactos - o desafio destacado e mesmo o problema em foco. Liga-se, mais amplamente, à questão do desenvolvimento e da sustentabilidade, envolvendo efeitos sociais, econômicos e ambientais, tanto no meio urbano quanto nas zonas rurais.

Quanto ao papel do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil.

11. Além dos três níveis de governo, envolvidos em cada uma das medidas propostas, o papel potencial da sociedade civil (organizações de base comunitária ou entidades com presença ampla e capilarizada) destaca-se fortemente nas ações básicas de prevenção e promoção da saúde, como já vem ocorrendo. O papel do mercado pode ser ampliado criando-se maiores condições para investimentos privados nos serviços essenciais, mantendo-se a centralidade do controle público nessa área. Também em relação à questão das carências alimentares o papel do mercado (pequena produção de alimentos) deve ser reforçado, articuladamente com a esfera municipal de governo.

RESUMO

PROBLEMA 1

Desigualdades no acesso a condições elementares de vida

DESAFIO DESTACADO

1.1. Redução da morbi-mortalidade infantil e materna a níveis mínimos.

MEDIDAS

- 1.1.1. Promover esforço concentrado de combate à desnutrição materno-infantil associado a ações básicas de saúde com caráter permanente.
- 1.1.2. Privilegiar e ampliar ações capilares de promoção e prevenção da saúde a partir de agentes comunitários locais.
- 1.1.3. Garantir condições básicas de saneamento nas áreas desprovidas das cidades grandes, médias, pequenas e na zona rural.

PROBLEMA 2

Desigualdades no acesso aos meios de aprendizagem e ao conhecimento básico

12. A desigualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento é central, estrategicamente prioritária como foco de ação. Pode-se dizer que é o problema mais precisamente fundamental - no sentido dos fundamentos da cidadania – pois é neste bloqueio que reside o móvel da reprodução geracional da exclusão. Sem o acesso à aprendizagem e à educação é impossível romper este ciclo, é impossível que o vivido e o adquirido possam se sobrepôr ao herdado e pré-transmitido. Trata-se de uma desigualdade geradora de outras desigualdades.

13. Como ponto crítico mais visível e inaceitável, a questão do analfabetismo de jovens e adultos é uma questão de base a ser enfrentada. Enquanto o primeiro atinge 1,5 milhões de jovens entre 15 e 19 anos – podendo ser equacionado no curto prazo – o analfabetismo de adultos situa-se ainda em torno de 15% (ou 14 milhões de pessoas).

14. O aumento da taxa de escolarização de crianças entre 7 e 14 anos – atingindo 96% - permite vislumbrar no curto prazo níveis de cobertura de praticamente 100%. Porém, a dimensão principal do problema está menos no ingresso e mais na permanência e sucesso, isto é, na formação escolar propriamente dita. Praticamente 30% dos que ingressam na escola não chegam sequer à 5ª série. O problema é a evasão e, sobretudo, a repetência. Ainda não se afastou de todo, na sociedade e no sistema escolar, a aceitação de que a repetência seria uma ocorrência comum para as crianças mais pobres - a chamada “cultura da repetência”. Enquanto isso, o insucesso escolar se mantém alarmante já na primeira série do ensino fundamental (mesmo com uma redução considerável em relação à situação do início da década). Desde o ingresso, instaura-se o mecanismo gerador da defasagem série-idade, o que vem colocando a correção do fluxo escolar como desafio inadiável.

15. Como componente do problema em tela, assume gravidade a incidência do trabalho infantil, a despeito da mudança constitucional que ampliou a proibição do trabalho para menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz (emenda constitucional nº 20, 1998). Somente na faixa entre dez e quatorze anos fazem parte da PEA 2,8 milhões de crianças, sendo que, entre 15 e 17 anos, este número atinge 4,7 milhões – segundo os critérios e dados da PNAD/97. Um terço das crianças que não estão estudando estão trabalhando, sendo ainda que – considerando os que se mantêm na escola - a média de escolaridade dos que não trabalham é superior a dos que trabalham (IBGE-PNAD/97). O nível de escolaridade dos pais e a renda familiar *per capita* mostra-se também menor no caso das crianças e adolescentes que trabalham. São trajetórias que se repetem, é o ciclo onde a indução ao trabalho precoce tende a reduzir o nível educacional e

reproduzir a pobreza, como um mecanismo transmissor da baixa escolaridade entre gerações.

16. Já a análise do censo de 1991 - desagregada por todas as microrregiões do Brasil - permitia constatar que dentro de cada estado, nas microrregiões onde o trabalho infantil é mais intenso, maior tende a ser o abandono e o atraso escolar. Ainda assim, tomando os estados como unidade de análise, nem sempre esta correlação foi identificada. Há outros fatores de peso, além do trabalho infantil, que levam ao abandono da escola ou ao baixo aproveitamento escolar, a começar pela própria qualidade do ensino público.

17. A baixa atratividade da escola, sua pouca capacidade de estimular e formar as crianças e adolescentes - sobretudo as com maiores níveis de pobreza - representa uma face expressiva do problema. Portanto, mais do que nas vagas, a questão está na adequação dos conteúdos e métodos, tornando necessária uma revolução na qualidade, o que envolve particularmente o capital humano constituído pelos professores e agentes educacionais.

18. Finalmente, a inserção qualificada no mundo do trabalho - e as possibilidades de renda associadas a esta inserção - cada vez mais supõe a passagem por todo o período da educação básica, incluindo também o ensino médio ou equivalente. Atualmente, 18% da população adulta completou o ensino médio. A reversão deste quadro, com a mudança de perfil educacional da PEA, passa a ter importância crescente como fator de redução de desigualdades sociais - especialmente por seus impactos no tocante ao trabalho e à renda.

Desafios e Medidas

19. Como questão de base, é inadiável buscar a *erradicação do analfabetismo entre jovens* até 19 anos no curto prazo (antes de 2006) e empreender um esforço amplo e prolongado de *redução do analfabetismo entre adultos* (a partir de 20 anos). Para atingir até 2015 uma taxa de alfabetização próxima a 95%, é necessária uma taxa de redução anual da ordem de 5,8%. Isto é plausível, mas requer uma mobilização ampla de todos os setores e uma ênfase particular na região nordeste, onde está o foco do problema (em torno de 28% de analfabetos a partir de 15 anos, contra taxas inferiores a 10% no sul e no sudeste).

20. Além da questão crítica do analfabetismo, mas a ela associado, salienta-se o desafio *da universalização plena das condições de ingresso, reingresso, permanência e sucesso no ensino fundamental*. Mais do que atingir uma taxa de escolarização líquida de praticamente 100% na faixa de 7 a 14 anos - factível no curto prazo - e progredir de forma acentuada na faixa etária imediatamente superior (até 16 anos), trata-se de reduzir a níveis próximos de zero a defasagem série-idade entre crianças e adolescentes. O que

requer um esforço concentrado e extensivo de recuperação ou aceleração da aprendizagem, no sentido da plena correção do fluxo escolar. Esta deve ser também formulada como uma meta de curto prazo (até 2006).

21. Tanto no sentido de prevenir a repetência quanto de contribuir para a formação integral das crianças e adolescentes, acentua-se a importância da multiplicação da oferta de ações complementares à escola, com focalização especial nos segmentos de mais baixa renda. São ações de acompanhamento e reforço escolar, atividades culturais e esportivas, educação para a cidadania etc, que assumem um papel decisivo no curto prazo mas que podem ser concebidas como ações permanentes ou no mínimo de importância no médio prazo.

22. É fundamental que a experiência exitosa de oferta de bolsas familiares de educação (bolsa-escola e equivalentes) seja amplamente multiplicada junto aos segmentos sociais em condições mais extremas de pobreza. Isto significa viabilizar a escolarização e facilitar o aproveitamento ou recuperação escolar através de ações conexas (aceleração, jornada ampliada, ações complementares à escola). Ênfase especial deve ser atribuída à atenção integral à família (ações sócio-educativas e de inserção no mundo do trabalho), sem o que dificilmente se reverte a privação cotidiana e a reprodução da exclusão.

23. As ações acima devem estar também presentes nas estratégias de prevenção e erradicação do trabalho infantil até 16 anos, que merecem um destaque próprio pela gravidade e pela possibilidade de obtenção de resultados em curto prazo, ampliando-se os programas dessa natureza que começaram a ser implantados nos últimos anos.

24. A oferta de bolsa de educação associada à escolarização e atividades complementares é essencialmente uma medida de curto e médio prazos que, uma vez atingindo seus efeitos – isto é, com o decréscimo de seu público-alvo potencial – permite liberar energias (e recursos) no sentido da incorporação gradual de outros segmentos etários, inclusive estendendo-se pelo ensino médio, que tende a ser pressionado de forma crescente, na razão direta do melhor aproveitamento escolar no ensino fundamental.

25. Porém, para que as crianças tenham sucesso nas escolas, é preciso que as escolas tenham sucesso com a crianças. Isto significa atratividade, adequação aos universos culturais do público – particularmente nos segmentos de menor renda - e sintonia com a contemporaneidade, no que ela traz de ampliação de possibilidades. Neste sentido, o aproveitamento escolar é indissociável da modificação e aperfeiçoamento dos conteúdos e métodos, onde a idéia de qualidade se vincula ao estímulo ao desenvolvimento pessoal integral e a novas formas de convivência social. Enfim, desenvolver potencialidades múltiplas e formar para a cidadania.

26. Como já sugerido, a agenda social – na área educacional – não pode se restringir ao ensino fundamental. É estratégico *ampliar em larga escala as possibilidades de formação no ensino médio ou equivalente*. Não é

excessivamente ambicioso projetar para o horizonte de 2014 uma média de escolaridade não inferior a oito anos da população adulta, bem como a meta de ultrapassar o patamar de 50% da PEA adulta com ensino médio completo.

27. A obtenção de progressos no ensino fundamental (permanência, sucesso) é o principal condicionante e fator de pressão para o avanço do ensino médio, o que envolve desde já expansão na oferta de vagas e diversificação das vias de acesso. No curto prazo (até 2006), pode-se alcançar em torno de 10 milhões de matrículas no ensino médio, a partir de uma taxa de crescimento anual não superior a 5%. Porém, a principal questão é de ordem qualitativa: a partir do nível médio, as iniciativas no “setor educação” não podem estar dissociadas das iniciativas no “setor trabalho”. Isto requer um ensino que possibilite o acesso à formação profissional e sobretudo o inverso, isto é, que em torno de atividades de profissionalização se estruturam atividades de escolarização, inclusive sob formas não convencionais, como suplência e aceleração. A existência de vasos comunicantes entre qualificação profissional e educação básica (ensino fundamental e médio) associa-se ao princípio da educação continuada e à constituição de um sistema aberto a entradas e saídas ao longo da vida de cada um, incorporando todos os segmentos sociais.

28. Além da ampliação das oportunidades de aprendizagem no tempo (educação continuada e recorrente, com múltiplas entradas e saídas), novos espaços e situações de aprendizagem devem ser concebidos e praticados. Trata-se de viabilizar espaços sociais, comunitários, empresariais etc no sentido da capilarização das possibilidades de aprendizagem, articulando capacitação presencial com capacitação à distância. Isto inclui o uso crescente das possibilidades da telemática, cuja ampla democratização é elemento chave na elevação do capital humano e do capital social, por sua capacidade de potencializar e adensar redes de comunicação e circulação de conhecimento.

Quanto ao papel do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil.

29. A prioridade na elevação do capital humano, como tarefa estratégica de grande envergadura, impõe a ação ativa do conjunto da sociedade (das organizações da sociedade civil aos agentes empresariais), complementando o papel decisivo do estado, em suas três esferas.

30. É imprescindível o papel das organizações da sociedade civil na erradicação do analfabetismo de jovens e adultos, nas ações de recuperação e complementação escolar, na capacitação de agentes educacionais e ainda nas alternativas de formação em nível médio. Quanto ao setor lucrativo, devem ser criados estímulos e condições tributárias favoráveis para o aporte de recursos nesse sentido, cujo retorno social tende a ser maior do que o investimento e a aparente “renúncia fiscal” ali embutida.

RESUMO

PROBLEMA 2

Desigualdades no acesso aos meios de aprendizagem e ao conhecimento básico

DESAFIOS DESTACADOS

- 2.1. Profunda redução do analfabetismo e universalização plena das condições de ingresso, reingresso, permanência e sucesso no ensino fundamental.
- 2.2. Ampliação em larga escala das possibilidades de formação em nível médio.

MEDIDAS

- 2.1.1. Realizar esforço concentrado de eliminação do analfabetismo de adolescentes e jovens.
- 2.1.2. Promover ações sistemáticas de redução do analfabetismo de adultos.
- 2.1.3. Realizar esforço concentrado de aceleração da aprendizagem (correção da defasagem série-idade) articulada com o ensino fundamental regular.
- 2.1.4. Multiplicar a oferta de ações complementares à escola (acompanhamento e reforço escolar, atividades culturais e esportivas, educação para a cidadania) no sentido de prevenir repetência e contribuir para a formação integral das crianças e adolescentes.
- 2.1.5. Multiplicar a oferta de bolsas familiares de educação (bolsa-escola e equivalentes) condicionadas à escolarização (podendo incluir aceleração, jornada ampliada, ações complementares à escola) e combinadas com a atenção integral à família (ações sócio-educativas e de inserção no mundo do trabalho).
- 2.1.6. Prevenir e erradicar o trabalho infantil até 16 anos, de forma associada aos componentes da medida anterior.
- 2.1.7. Modificar/aperfeiçoar os conteúdos e métodos da educação fundamental no sentido de uma formação ampliada (desenvolvimento biopsicossocial integral, educação para a cidadania).
- 2.1.8. Capacitar professores e agentes educacionais em larga escala.
- 2.2.1. Expandir a oferta de vagas do ensino médio regular e do ensino supletivo.

- 2.2.2. Ampliar e diversificar as vias de acesso ao ensino médio ou equivalente para quem está fora do sistema escolar.
- 2.2.3. Disseminar a idéia de educação continuada como diretriz estimuladora da oferta e demanda de formação básica (em nível fundamental e nível médio).
- 2.2.4. Multiplicar em forma de capilarização os espaços de aprendizagem para além da rede escolar (espaços sociais, comunitários, empresariais), incluindo incorporação crescente de capacitação à distância e uso da telemática.

PROBLEMA 3

Desigualdades no acesso ao mundo do trabalho

31. No Brasil, os aspectos críticos da atual transição se superpõem a uma precariedade histórica no mundo do trabalho. Em particular, a baixíssima escolaridade da PEA (em torno de 5 anos), junto com as deficiências do sistema educacional, recolocam a exclusão como horizonte a ser evitado e transformado. No interior da população ocupada, a desigualdade de rendimentos mantém-se em níveis acentuados. Porém, ao trabalho precário – pouco qualificado, mal remunerado – agrega-se o risco da não empregabilidade. O fulcro do problema é a dissociação trabalho-mercado, isto é, o risco da redução de oportunidades de trabalho pela defasagem entre o capital humano disponível e as exigências crescentemente demandadas pela reestruturação em curso.

32. O problema seria menor se o trabalho não tendesse (como tende) a se manter como fator de peso – embora não exclusivo - na obtenção de renda e, mais amplamente, na qualidade de vida. Vale ainda considerar que, no sentido aqui atribuído, o “mundo do trabalho” é algo mais amplo que o “mercado de trabalho” (como *locus* de encontro entre a oferta e a demanda de trabalho). Portanto, a questão das oportunidades transcende a questão do emprego, devendo incorporar também o tema do empreendedorismo e da democratização do acesso ao capital.

33. Em termos conjunturais, é nítido que a recessão de 1998/99 tornou a questão mais dramática, pelos próprios patamares que o desemprego aberto atingiu. Mas é provável que este quadro não se torne mais agudo no curto prazo, quando se antevê um cenário de crescimento, por modesto que seja, já a partir do ano 2000. Por outro lado, cada vez mais se considera que o crescimento ou alternativas puramente macroeconômicas (ainda que representem mudanças “de modelo” ou “estruturais”) são incapazes por si só de gerar ocupações na escala necessária. Ações de fomento – ou políticas ativas de trabalho e renda – tendem a ser necessárias hoje, amanhã e depois.

34. Dois focos críticos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, com relevância central, o baixo nível de formação e qualificação dos ocupados ou das pessoas que procuram trabalho. O problema é de base: como condição anterior à própria qualificação profissional, a elevação do capital humano através da escolaridade básica (ensino médio e fundamental) impõe-se como requisito crescente para a inserção no mundo do trabalho. Em segundo lugar, como foco crítico mais circunscrito, os bloqueios existentes para a disseminação e consolidação das diversas modalidades de empreendedorismo de pequeno porte (trabalho autônomo, unidades familiares, associativismo econômico, microempresas etc). As micro e pequenas unidades econômicas constituem o campo privilegiado para a democratização do acesso ao capital e para a geração de ocupações. Porém, defrontam-se com obstáculos centrais para sua consolidação: a restrição de crédito, as dificuldades legais e o baixo nível de capacitação (técnica, gerencial, empresarial).

35. Portanto, restrições no âmbito da formação e capacitação (para o conjunto da PEA) e no acesso ao crédito produtivo (para o campo do empreendedorismo popular) são aspectos centrais do problema, agregando-se à necessidade de ampliação de alternativas de mercado (não apenas de trabalho, mas de produtos e serviços), que também envolve políticas e atores, não sendo equacionável apenas pelos automatismos econômicos - mesmo em um cenário de crescimento. As experiências dos anos noventa no Brasil, com proliferação de iniciativas em pequena escala relacionadas à geração de trabalho e renda, já permitem indicar linhas de ação, métodos e caminhos - alguns já trilhados, outros não - em cada uma de suas frentes. A década termina, porém, deixando claro o desafio da integração como condição de impacto: integração entre os diferentes eixos de políticas de fomento (formação básica, capacitação profissional, crédito, encadeamentos de mercado) e integração entre os diferentes instrumentos de ação, de forma flexível e associada às demandas e vocações existentes.

Desafios e medidas

36. Face a este problema, um primeiro e importante desafio diz respeito à *garantia de acesso amplo à qualificação e requalificação profissional para jovens e adultos*. Para isto é preciso, essencialmente, aumentar e qualificar a oferta, para que de fato a formação profissional consiga atender em torno de 20% da PEA a cada ano. Porém, não se deve perder de vista que a melhor formação profissional - ou a mais básica - é o o ensino médio completo. O esforço neste sentido não deve ser dissociado da oferta de qualificação: é importante implementar uma política de formação profissional que estimule diretamente a ampliação da educação básica (ensino fundamental e médio). Ou seja, uma relação de interação, e não uma relação substitutiva. A necessidade de conjugar a formação profissional com a elevação ou recuperação da escolaridade básica impõe, além de ações complementares ao ensino regular, uma efetiva integração com o

sistema público de educação, a ser também permeabilizado. Envolve – mais amplamente – o princípio da educação continuada, com múltiplas entradas e saídas ao longo da vida de trabalho.

37. Deve-se apontar para a construção de uma nova institucionalidade no campo da formação profissional, sob gestão e controle públicos, onde os centros de educação tecnológica e em particular os serviços nacionais de aprendizagem - entre outras instâncias da malha existente - se constituam em centros públicos de formação profissional, não só abertos mas em grande parte direcionados aos segmentos mais vulneráveis da população. Porém, mais importante que os recursos, a capacidade instalada e as configurações institucionais, é o desenvolvimento e disseminação de metodologias e conteúdos que façam frente às novas demandas de qualificação e à diversidade de formas de inserção no mundo do trabalho – inclusive o empreendedorismo. Há iniciativas inovadoras e acúmulos conceituais sendo produzidos nesse sentido, porém estes avanços são até certo ponto “paralelos” ou “alternativos”, não se reproduzindo no elenco de instituições que atuam em capacitação profissional, no Brasil de hoje.

38. Outro desafio é a constituição da ampla malha de microempreendedores populares – efetivos e potenciais - em sujeitos de crédito, independentemente das garantias e do grau de formalização das atividades apoiadas. Isto significa a *ampliação em larga escala das possibilidades de acesso ao crédito produtivo popular*, em curto prazo. Efetivar este aumento da escala supõe facilitar amplamente as condições para que organizações da sociedade civil possam operar com microcrédito, no tocante a amparo legal, *funding* (no que os bancos oficiais podem vir a ter um papel muito maior) e capacitação de agentes institucionais. Além da questão do alcance, há lacunas metodológicas a serem preenchidas, vitais para que o crédito produtivo seja de fato um instrumento de dinamização das economias locais: apoio a empreendimentos novos (e não apenas àqueles já constituídos), crédito para investimentos (e não somente para capital de giro) e acesso por parte de associações e cooperativas.

39. Além das ações diretamente ligadas ao capital humano e ao capital físico, estratégias de fomento envolvem a *constituição e disseminação de sistemas de intermediação e encadeamentos trabalho-mercado desde o plano local*. Em outras palavras, ampliação de alternativas de inserção e vinculação com o mercado para o trabalho-emprego e para o trabalho-emprego (como um processo permanente – no curto, médio e longo prazos). Cabe integrar no meio rural e urbano os diversos eixos de políticas ativas de trabalho e renda (acesso à terra, crédito popular, capacitação profissional e empreendedora, fomento a cadeias e elos de mercado) como ações localmente convergentes e com efeitos recíprocos. No que se refere ao fomento a cadeias e elos de mercado (mercado de trabalho e de produtos), diversos campos de ação podem ser incluídos: ações de intermediação junto ao setor formal para candidatos a empregos ou junto a usuários de serviços no caso de trabalhadores autônomos; acesso por parte

de microempreendedores a compras governamentais de bens e serviços; estruturas de suporte ao encadeamento de microunidades econômicas, com ênfase em redes horizontalizadas ou ainda estimulando a integração vertical de unidades de diferentes portes; implementação de políticas sociais (provisão de serviços urbanos, ações nas áreas de educação, saúde e assistência) associadas à absorção de força de trabalho e outros instrumentos a serem adaptados a partir das necessidades, vocações e demandas locais.

Quanto ao papel do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil

40. Nos três grupos de medidas aqui salientados (formação profissional, crédito popular, sistemas trabalho-mercado), a sociedade civil e o mercado têm papéis expressivos, além do estado. Não apenas porque sua implementação requer mecanismos mistos e participativos de gestão – o que é extensivo a todas as demais medidas – mas porque a execução das ações supõe a participação direta de agentes de mercado e, especialmente, das organizações da sociedade civil – em toda sua multiplicidade.

41. A oferta em larga escala de formação profissional, em interação com a educação básica, só é concebível através da interconexão estado-sociedade civil-mercado, através de sistemas plurais e entrelaçados. As organizações da sociedade civil podem ampliar em grande medida as ações de formação profissional e capacitação empreendedora, bem como de crédito popular, tendo já comprovado sua potencialidade nesses campos. A esfera estatal - desde o plano federal – deve consolidar seu papel no desenho de diretrizes e programas abrangentes de formação profissional (articulada com a educação básica) e na viabilização do crédito popular, especialmente em termos de *funding* (ampliando a participação dos bancos oficiais) e apoio à capacitação e fortalecimento da institucionalidade não-estatal que tende a crescer nesta área. Por fim, ações ligadas ao mundo do trabalho envolvem por definição a participação direta de segmentos de mercado. As políticas ativas de fomento requerem uma demanda também ativa, que possa gerar novas cadeias e arranjos produtivos e, em particular, novas modalidades de organização e inserção para o empreendedorismo popular.

RESUMO

PROBLEMA 3

Desigualdades no acesso ao mundo do trabalho

DESAFIOS DESTACADOS

3.1. Garantia de acesso amplo à qualificação e requalificação profissional para jovens e adultos.

- 3.2. Democratização em larga escala das possibilidades de acesso ao crédito produtivo popular.
- 3.3. Disseminação de sistemas de intermediação e encadeamentos trabalho-mercado desde o plano local.

MEDIDAS

- 3.1.1. Implementar uma política de formação profissional que estimule diretamente a ampliação da escolarização básica (ensino fundamental e médio).
- 3.1.2. Construir – redefinindo e expandindo a base atual - uma nova institucionalidade no campo da formação profissional, sob gestão e controle públicos, aberta aos diversos segmentos da população – em particular os mais vulneráveis.
- 3.1.3. Desenvolver e disseminar metodologias e conteúdos que façam frente às novas demandas de qualificação e à diversidade de formas de inserção no mundo do trabalho – inclusive o empreendedorismo.

- 3.2.1. Facilitar amplamente as condições para que organizações da sociedade civil possam operar com microcrédito, no tocante a amparo legal, fontes de capitalização de fundos de crédito e capacitação de agentes institucionais.
- 3.2.2. Desenvolver e disseminar metodologias de crédito popular a fim de suprir lacunas existentes no tocante a: i) destinação de empréstimos para capital de investimento, ii) apoio à implantação de novos empreendimentos e iii) fomento ao associativismo econômico.

- 3.3.1. Efetivar ações de intermediação em ampla escala para candidatos a empregos e prestadores autônomos de serviços, associadas à oferta de qualificação profissional e escolarização básica.
- 3.3.2. Constituir estruturas de suporte ao encadeamento de microunidades econômicas, através de redes horizontalizadas e da integração vertical com unidades de maior porte.

PROBLEMA 4

Desigualdades associadas a discriminações socioculturais

42. A pobreza brasileira é especialmente heterogênea e complexa porque reflete a combinação de diferentes ordens de desigualdade, envolvendo, além das dimensões anteriores (condições elementares de vida e saúde, acesso ao conhecimento, acesso ao mundo do trabalho), fatores discriminatórios diversos: étnico-raciais, de gênero, de idade e outros mais. Além de sub-escolarizada, a “pobreza” é predominantemente feminina e afro-descendente. Ingredientes se misturam, portanto, gerando um elenco de desvantagens comparativas. E a escala da desigualdade e exclusão mostra-se maior, pois opera em áreas socioculturais que se combinam com as questões da educação, do trabalho e da renda, mas as ultrapassam.

43. É de grande magnitude a inflexão requerida: converter a pluralidade cultural e a sócio-diversidade em fator de riqueza e não em vetor de discriminação. Além de uma questão de respeito à diversidade racial, à diversidade de gênero, à diversidade etária, trata-se de uma questão de exercício ativo de direitos, do gueto à interatividade, da exclusão à solidariedade. Ou seja, um processo longo e profundo de mudança. A redução das desigualdades sociais nas três frentes de problemas antes tratadas só poderá ser efetiva caso integre a superação dessas desvantagens.

Desafios e medidas

44. Destacamos como desafio abrangente a *emancipação (ou o empoderamento) dos grupos vulneráveis, associado a processo ampliado de mudança cultural*. Mudança cultural significa mudança de mentalidades, atitudes, comportamentos. Como se vê, este é um desafio-processo, não traz prazos e metas, mas se traduz em fenômenos tangíveis, do espaço público ao domiciliar: desde a participação dos segmentos discriminados nas organizações da sociedade civil e instâncias clássicas de poder (executivo, legislativo e judiciário, nas três esferas), passando pela participação no mundo do trabalho e dos rendimentos, até os direitos que se atestam no âmbito “privado” ou “doméstico”. Eis um ponto distintivo: a discriminação sociocultural – particularmente no tocante a gênero e idade - coloca a necessidade de uma cidadania que já advém do privado, que se expressa no mundo das relações diretas e da construção da intimidade.

45. A malha de discriminações combinadas é imensa e desconstruí-la é uma tarefa da sociedade como um todo, e dos próprios segmentos vulneráveis em particular. Neste sentido, propõe-se um esforço amplo de combate às discriminações de etnia, gênero, orientação sexual e idade através dos meios de ensino, informação e difusão cultural. Superar a desqualificação social dos grupos discriminados requer ainda - e principalmente - a própria qualificação destes grupos como sujeitos, ao que se associa sua participação ativa nas

diversas esferas da vida social (o domicílio, o trabalho, a comunidade, as esferas públicas de intervenção). Isto supõe um processo que envolve, por um lado, o resgate da auto-estima, da identidade e da ação dos socialmente discriminados e, por outro, o exercício da cidadania solidária por parte dos “incluídos” ou “não discriminados”, de forma a alimentar novos e sustentáveis padrões de sociabilidade.

Quanto ao papel do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil

46. Este é um campo onde o papel do estado (executivo, judiciário, legislativo) é sobretudo complementar. Porém, a cultura também é transmitida pelas redes oficiais, especialmente pelo sistema de ensino. É importante deste modo que a contra-discriminação esteja presente nos currículos escolares, na formação de funcionários e gestores, e mais amplamente em todas as redes institucionais públicas, tanto no sentido formativo quanto na restrição de atos de discriminação. Cabe também ao estado a vigilância sobre os meios de comunicação de massa e a penalização sistemática da discriminação no mundo das empresas e das organizações da sociedade.

47. Porém, como se trata sobretudo de uma questão de emancipação ou empoderamento, o sujeito natural destas ações é a sociedade civil. Mudanças culturais socialmente sustentáveis dependem do capital social que se crie em torno de valores e práticas transformadoras, capazes de alavancar processos que se irradiem pelos outros setores (o estado e o setor privado lucrativo).

RESUMO

PROBLEMA 4

Desigualdades associadas a discriminações socioculturais

DESAFIO DESTACADO

4.1. Emancipação dos grupos vulneráveis, associada a processo ampliado de mudança cultural.

MEDIDAS

4.1.1. Desconstruir e combater a discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e idade através dos meios de ensino, informação e difusão cultural.

4.1.2. Incrementar a participação ativa dos grupos discriminados nas diversas esferas da vida social (o domicílio, o trabalho, a comunidade, as esferas públicas de intervenção).

PROBLEMA 5

Desigualdades associadas à fragmentação e compressão da esfera pública

48. Duas observações são necessárias com relação a este problema. Em primeiro lugar, diferentemente dos outros, seu equacionamento não se constitui em um fim em si mesmo do ponto de vista de uma agenda social: trata-se mais propriamente de um “problema-meio”, um problema da ordem das condições ou requisitos para a efetividade de uma agenda social. Em segundo lugar, seu campo naturalmente não se circunscreve à agenda social, dizendo respeito à agenda política - em um sentido amplo do termo - e apresentando claras interfaces também com uma agenda de desenvolvimento.

49. A imbricação entre a cultura política ainda predominante e os modelos organizacionais de funcionamento das instâncias governamentais representa um obstáculo cuja superação é imprescindível para a efetividade das políticas sociais. Isto supõe esforços renovados na gestação de novos padrões institucionais. Como aspecto a destacar, coloca-se a necessidade de configuração de espaços facilitadores de ações intersetoriais e transectoriais, sem o que nenhum dos problemas referidos poderá ser enfrentado devidamente. Porém, a fragmentação não é somente organizacional, tendo suas raízes em uma cultura política que combina o clientelismo e o corporativismo setorial. Superar a lógica segmentária significa também superar um obstáculo cultural, redefinindo paradigmas e campos de referência.

50. Além da dimensão intra-estatal, o que está em jogo é a perspectiva de ampliação da esfera pública, no que isto envolve de participação e controle social. Tendo em vista estes parâmetros - integração, convergência, gestação de esferas públicas ampliadas e crescente controle social - surge com vigor a ênfase no *local* como centralidade de ação pública. Trata-se do domínio onde a participação e o controle social podem ser mais claramente exercidos e onde a integração das políticas públicas pode ocorrer de forma concreta e territorializada. O problema da baixa capacidade político-institucional para o enfrentamento de uma agenda social pode ser - assim - recolocado como o problema da transformação de macro-programas, geralmente de corte setorial, em elementos articulados pelos atores a partir das bases da sociedade, o que encontra nas iniciativas locais sua expressão potencialmente mais democrática e socialmente mais sustentável.

Desafios e medidas

51. Dois desafios abrangentes são aqui destacados: em primeiro lugar a *implementação dos componentes da agenda social de forma articulada, convergente e sintonizada com as necessidades e demandas locais*; em segundo lugar a *ampliação e fortalecimento da esfera pública desde a base da sociedade*.

52. Tais desafios naturalmente extrapolam o âmbito da política social ou da agenda social. Mas há que considerar, em primeiro lugar, que uma agenda social sem participação social - das comunidades locais, das organizações da sociedade civil - não se constrói nem se implementa de forma legítima e eficaz. Em segundo lugar, a agenda social – mantendo seus contornos próprios – é indissociável de uma agenda democrática e tende a se entremear com uma agenda de desenvolvimento, sem o que esta também não será efetivamente sustentável.

53. Apesar da ênfase nas iniciativas locais, o direito aos chamados “mínimos sociais” não se subordina à demanda explícita ou à existência de agendas locais compartilhadas pelos atores. É fundamental que isto seja percebido. As necessidades podem ser identificadas, reconhecidas e até certo ponto enfrentadas mesmo quando a demanda - ou o capital social que a expressa - não está solidamente configurada. De outra parte, seguramente, mais capital social significa mais polifonia (e, portanto, sintonias mais adensadas), mais capacidade de articulação, mais controle social, mais efetividade.

54. A articulação de programas sociais através de sua implementação territorializada – em função de necessidades e demandas locais – é portanto um caminho a ser construído, uma medida processual que cria condições para a implementação das medidas propriamente finalísticas de uma agenda social. Neste sentido, e mais amplamente, é importante reforçar processos de produção de agendas locais compartilhadas, envolvendo princípios de integração multisetorial, participação social e sustentabilidade ampliada (DlIs, Agendas 21 locais, orçamentos participativos e formas análogas).

55. A ampliação da esfera pública (onde se incluem espaços públicos mistos e não-estatais) supõe capacitação de atores envolvidos na implementação de políticas e agendas sociais, envolvendo as organizações do estado e da sociedade civil, os participantes de fóruns, conselhos, comissões e instâncias afins. Isto significa articular incremento de capital humano com adensamento de capital social, gerar efeitos sinérgicos entre a democratização do conhecimento e a democratização do poder de intervenção pública. Ênfase especial cabe às metodologias participativas de capacitação, centradas não apenas na instrumentalização imediata mas na formação de sujeitos, fator decisivo de sustentabilidade na implementação das agendas. Neste processo, um caminho fértil a ser crescentemente perseguido diz respeito à constituição de redes comunicacionais onde se conectam o local e o extra-local, gerando novas formas de circulação e apropriação de conhecimento. Redes horizontalizadas e capilarizadas, ademais, sinalizam para mudanças de cultura política, pois tendem a operar sem as fronteiras do corporativismo, do clientelismo e até mesmo do hegemonismo, facilitando a emergência de atores sociais de novo tipo.

RESUMO

PROBLEMA 5

Desigualdades associadas à fragmentação e compressão da esfera pública

DESAFIOS DESTACADOS

- 5.1. Implementação dos componentes da agenda social de forma articulada, convergente e sintonizada com as necessidades e demandas locais.
- 5.2. Ampliação e fortalecimento da esfera pública desde a base da sociedade.

MEDIDAS

- 5.1.1. Articular programas sociais através de sua implementação territorializada, em sintonia com as iniciativas locais existentes.
- 5.1.2. Reforçar processos de Dlis, agendas 21 locais, orçamento participativo e formas análogas de produção de agendas locais compartilhadas, envolvendo princípios de integração multissetorial, participação social e sustentabilidade ampliada.
- 5.2.1. Promover amplo processo de capacitação de agentes envolvidos na gestão das ações, no plano local e extra-local.
- 5.2.2. Formar e consolidar redes comunicacionais horizontais e capilarizadas, a partir de novas formas de circulação e apropriação ativa do conhecimento.

Resumo Geral

PROBLEMAS

Desigualdades no acesso a condições elementares de vida

Desigualdades no acesso aos meios de aprendizagem e ao conhecimento básico

Desigualdades no acesso ao mundo do trabalho

Desigualdades associadas a discriminações socioculturais

Desigualdades associadas à fragmentação e compressão da esfera pública

PROBLEMA 1

Desigualdades no acesso a condições elementares de vida

DESAFIO DESTACADO

1.1. Redução da morbi-mortalidade infantil e materna a níveis mínimos.

MEDIDAS

1.1.1. Promover esforço concentrado de combate à desnutrição materno-infantil associado a ações básicas de saúde com caráter permanente.

1.1.2. Privilegiar e ampliar ações capilares de promoção e prevenção da saúde a partir de agentes comunitários locais.

1.1.3. Garantir condições básicas de saneamento nas áreas desprovidas das cidades grandes, médias, pequenas e na zona rural.

PROBLEMA 2

Desigualdades no acesso aos meios de aprendizagem e ao conhecimento básico

DESAFIOS DESTACADOS

2.1. Profunda redução do analfabetismo e universalização plena das condições de ingresso, reingresso, permanência e sucesso no ensino fundamental.

2.2. Ampliação em larga escala das possibilidades de formação em nível médio.

MEDIDAS

2.1.1. Realizar esforço concentrado de eliminação do analfabetismo de adolescentes e jovens.

2.1.2. Promover ações sistemáticas de redução do analfabetismo de adultos.

2.1.3. Realizar esforço concentrado de aceleração da aprendizagem (correção da defasagem série-idade) articulada com o ensino fundamental regular.

- 2.1.4. Multiplicar a oferta de ações complementares à escola (acompanhamento e reforço escolar, atividades culturais e esportivas, educação para a cidadania) no sentido de prevenir repetência e contribuir para a formação integral das crianças e adolescentes.
 - 2.1.5. Multiplicar a oferta de bolsas familiares de educação (bolsa-escola e equivalentes) condicionadas à escolarização (podendo incluir aceleração, jornada ampliada, ações complementares à escola) e combinadas com a atenção integral à família (ações sócio-educativas e de inserção no mundo do trabalho).
 - 2.1.6. Prevenir e erradicar o trabalho infantil até 16 anos, de forma associada aos componentes da medida anterior.
 - 2.1.7. Modificar/aperfeiçoar os conteúdos e métodos da educação fundamental no sentido de uma formação ampliada (desenvolvimento biopsicossocial integral, educação para a cidadania).
 - 2.1.8. Capacitar professores e agentes educacionais em larga escala.
-
- 2.2.1. Expandir a oferta de vagas do ensino médio regular e do ensino supletivo.
 - 2.2.2. Ampliar e diversificar as vias de acesso ao ensino médio ou equivalente para quem está fora do sistema escolar.
 - 2.2.3. Disseminar a idéia de educação continuada como diretriz estimuladora da oferta e demanda de formação básica (em nível fundamental e nível médio).
 - 2.2.4. Multiplicar em forma de capilarização os espaços de aprendizagem para além da rede escolar (espaços sociais, comunitários, empresariais), incluindo incorporação crescente de capacitação à distância e uso da telemática.

PROBLEMA 3

Desigualdades no acesso ao mundo do trabalho

DESAFIOS DESTACADOS

- 3.1. Garantia de acesso amplo à qualificação e requalificação profissional para jovens e adultos.
- 3.2. Democratização em larga escala das possibilidades de acesso ao crédito produtivo popular.
- 3.3. Disseminação de sistemas de intermediação e encadeamentos trabalho-mercado desde o plano local.

MEDIDAS

- 3.1.1. Implementar uma política de formação profissional que estimule diretamente a ampliação da escolarização básica (ensino fundamental e médio).

- 3.1.2. Construir – redefinindo e expandindo a base atual - uma nova institucionalidade no campo da formação profissional, sob gestão e controle públicos, aberta aos diversos segmentos da população – em particular os mais vulneráveis.
- 3.1.3. Desenvolver e disseminar metodologias e conteúdos que façam frente às novas demandas de qualificação e à diversidade de formas de inserção no mundo do trabalho – inclusive o empreendedorismo.

- 3.2.1. Facilitar amplamente as condições para que organizações da sociedade civil possam operar com microcrédito, no tocante a amparo legal, fontes de capitalização de fundos de crédito e capacitação de agentes institucionais.
- 3.2.2. Desenvolver e disseminar metodologias de crédito popular a fim de suprir lacunas existentes no tocante a: i) destinação de empréstimos para capital de investimento, ii) apoio à implantação de novos empreendimentos e iii) fomento ao associativismo econômico.

- 3.3.1. Efetivar ações de intermediação em ampla escala para candidatos a empregos e prestadores autônomos de serviços, associadas à oferta de qualificação profissional e escolarização básica.
- 3.3.2. Constituir estruturas de suporte ao encadeamento de microunidades econômicas, através de redes horizontalizadas e da integração vertical com unidades de maior porte.

PROBLEMA 4

Desigualdades associadas a discriminações socioculturais

DESAFIO DESTACADO

- 4.1. Emancipação dos grupos vulneráveis, associada a processo ampliado de mudança cultural.

MEDIDAS

- 4.1.1. Desconstruir e combater a discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e idade através dos meios de ensino, informação e difusão cultural.
- 4.1.2. Incrementar a participação ativa dos grupos discriminados nas diversas esferas da vida social (o domicílio, o trabalho, a comunidade, as esferas públicas de intervenção etc).

PROBLEMA 5

Desigualdades associadas à fragmentação e compressão da esfera pública

DESAFIOS DESTACADOS

- 5.1. Implementação dos componentes da agenda social de forma articulada, convergente e sintonizada com as necessidades e demandas locais.
- 5.2. Ampliação e fortalecimento da esfera pública desde a base da sociedade.

MEDIDAS

- 5.1.1. Articular programas sociais através de sua implementação territorializada, em sintonia com as iniciativas locais existentes.
- 5.1.2. Reforçar processos de Dlis, agendas 21 locais, orçamento participativo e formas análogas de produção de agendas locais compartilhadas, envolvendo princípios de integração multisetorial, participação social e sustentabilidade ampliada.
- 5.2.1. Promover amplo processo de capacitação de agentes envolvidos na gestão das ações da agenda social, no plano local e extra-local.
- 5.2.2. Formar e consolidar redes comunicacionais horizontais e capilarizadas, a partir de novas formas de circulação e apropriação ativa do conhecimento.